



**CONEDU**  
Congresso Nacional de Educação  
18 a 20 de Setembro de 2014

## **A ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964-1984)**

Renata Leite Moura

FECLESC-UECE

renata.leite@aluno.uece.br

Maria Rafaela de Oliveira

FECLESC-UECE

rafaoliveira800@gmail.com

Roberta Rocha Olímpio

FECLESC-UECE

betynha\_ro@hotmail.com

Déborah Almeida Cunha

FECLESC-UECE

Deborah.almeida@aluno.uece.br

**Resumo:** O presente artigo aborda historicamente a gestão escolar durante o período da ditadura militar no Brasil, que sucedeu de 1964 a 1984 quando o regime político no país foi violentamente modificado com o golpe civil-militar que culminou na adoção de métodos repressivos da liberdade e desconstrução do período de fertilidade educacional antecessor a tomada de poder. Optamos por uma metodologia teórico-bibliográfica pautada em Luiz Antônio Cunha e Moacyr de Góes. O principal objetivo foi analisar o modelo de educação vigente no período da Ditadura Militar no governo brasileiro e suas contribuições na reforma educacional. Explorando as contribuições para formação da educação profissionalizante em detrimento do crescimento no setor industrial, e incentivo na criação de instituições escolares com índole privada em todos os níveis: básico, médio e superior. Para apreender a influência internacional na educação brasileira iremos perscrutar o acordo MEC-USAID respaldado na ideologia empresarial Taylorista-Fordista de produção e suas respectivas consequências, primordialmente, para o Ensino Superior. Posteriormente, podemos observar os principais pontos a serem conquistados com a promulgação das leis nº 5.540/68 pautada na divisão do currículo do Ensino Superior em dois ciclos, básico e

---



profissionalizante e nº 5.692/71 caracterizada pela reforma nos Ensinos Básico e Médio, voltadas a formação de mão de obra qualificada em menor tempo e menos investimento. Em vista disso, podemos concluir que a pretensão educacional consiste em manter a estrutura de desigualdade social.

**Palavras-chave:** Ditadura Militar – Educação – Reforma.

## INTRODUÇÃO

O período que antecedeu ao golpe de 64 ficou conhecido como um dos mais férteis na educação brasileira, destacando grandes nomes, tais como: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Carneiro Leão e Paulo Freire, em resumo.

Na década de 1960 com golpe militar e a repressão sofrida, principalmente, aos intelectuais que contribuíram com a educação e a cultura de nosso país, em que muitos acabaram presos, perseguidos, demitidos, exilados e/ou mortos. O modelo político adotado tem como finalidade desenvolver a economia do país pela expansão do setor industrial, promovendo-a com base no aumento do investimento internacional, para compensar os gastos públicos, favorecendo o aumento no poder aquisitivo da classe alta e média.

Nossa educação virou o espelho do Regime Militar que, segundo Ghiraldelli Jr (2003, p. 125-126):

(...) se pautou pela repressão, privatização do ensino, exclusão de boa parcela dos setores mais pobres do ensino elementar de boa qualidade, institucionalização do ensino profissionalizante na rede pública regular sem qualquer arranjo prévio para tal feito, divulgação de uma pedagogia calcada mais em técnicas do que em propósitos com fins abertos e discutíveis, várias tentativas de desmobilização do magistério através de abundante e não raro confusa legislação educacional. Somente uma visão bastante condescendente com os ditadores poderia encontrar indícios de algum saldo positivo na herança deixada pela ditadura Militar.

No plano educacional, trata-se de expandir uma escolaridade básica e fornecer algum treinamento para a classe popular. Apenas o suficiente para exercer determinada função e contribuir com o aumento da produtividade, sem

---



é claro, obter qualquer domínio sobre o processo produtivo como um todo. Alienando o trabalhador do trabalho.

Os defensores da ditadura entendiam que a educação não devia ser igualitária, mas que para cada classe é necessário um método diferente. Pois, a educação não deveria causar na população a esperança de ascensão financeira. Nesse sentido são ofertadas duas modalidades de ensino: a profissionalizante para a formação de mão de obra reservada a classe popular e a científica destinada a elite brasileira.

É importante ressaltar que o plano educacional durante esse período foi articulado entre o ministério de educação brasileiro e o americano. O mais importante entre os 12 acordos assinados ficou conhecido como MEC-USAID, que tem como objetivo implantar o modelo americano de ensino superior nas universidades brasileiras. Propondo a quebra de um dos pilares mais importantes do ensino superior: a tríade, ensino-extensão-pesquisa, substituindo por um lema Taylorista-Fordista de: racionalidade-eficiência-productividade. Cria-se a matrícula por disciplinas, quebrando a lógica das turmas e o movimento estudantil e surge o vestibular unificado e classificatório, acabando com a reivindicação da população por mais vagas no ensino superior.

Como método para calar a voz do povo, é promulgado o Ato Institucional nº 5 que visa punir severamente todos aqueles que forem contra o pensamento vigente da ditadura militar e expressarem sua indignação em alto e bom tom.

## **METODOLOGIA**

Este trabalho optou metodologicamente por uma revisão teórico-bibliográfica com base, principalmente, em CUNHA e GÓES (1996) e CLARK, NASCIMENTO E SILVA (2006), em resumo.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

---



Com a união dos setores mais avançados a burguesia brasileira, o apoio das multinacionais e contribuição da polícia civil e militar brasileira, em 1964 o Governo do presidente João Goulart, também conhecido como Jango, sofre um Golpe de Estado que culminou no regime político conhecido como Ditadura Militar.

Esse regime não se caracterizou apenas pelo autoritarismo e mecanismos repressivos para impedir a participação popular nas decisões políticas, caracterizou-se principalmente pela utilização de impulsos publicitários com cunho nacionalista para promover reformas nos setores educacionais e sociais, em que busca sua legitimação através de um discurso favorável a educação escolar, todavia na realidade pouco dinheiro era destinado para este fim, ainda sem mencionar a contenção sofrida pelos docentes e discentes das instituições de ensino. Dedicando-se exclusivamente, em seus primeiros anos de governo, ao crescimento dos setores político e econômicos.

Entre 1964 e 1984 realizou-se a reforma institucional na educação sob a lei nº 5.540/68 que se refere à Reforma do Ensino Superior

Foi concebida como uma estratégia militar de afrontamento ao movimento estudantil, como uma concessão à classe média que clamava por mais vagas no ensino superior. Esta reforma, ao ser implantada, encontrou resistências em vários setores sociais ligados à educação, principalmente porque ela nasceu identificada com um período em que as liberdades democráticas tinham sido suprimidas. Estamos falando de um período político em que o Estado brasileiro estava organizado em bases autoritárias, que se fundara por meio de um golpe de Estado e que definira como classe política dirigente um grupo de militares (Battistus e Limberger, 2006).

O principal objetivo das mudanças ocorridas no Ensino Superior era a necessidade de dividir o currículo escolar em dois ciclos: um básico e outro profissionalizante.

Em 1971 o governo aprova a lei nº 5.692/71 que reforma a educação no Ensino primário e médio, que tem como finalidade voltar o 1º e 2º graus para a qualificação profissional e o preparo para exercer a “cidadania”. Essa nova sugestão vem atender aos interesses do Governo Militar, para preparar e aumentar a demanda de mão de obra qualificada a baixo preço e tornar o Brasil membro do bloco econômico denominado: primeiro mundo.

---



**CONEDU**  
Congresso Nacional de Educação  
18 a 20 de Setembro de 2014

## **NOTA CONCLUSIVA**

A política educacional proposta pelo modelo político vigente da época prioriza a formação de uma educação profissional de nível médio, com a intenção de classificar os capazes dos não capazes, fornecendo um emprego técnico aos menos favorecidos e elitizando o direito ao Ensino Superior. Em que o discurso se fundamentava na pretensão de resolver os problemas sociais via educação. Contudo, a educação pública fornecida à classe trabalhadora era de baixa qualidade, aumentando conseqüentemente os índices de repetência e evasão escolar. Isto é, o que realmente ocorreu foi à manutenção da estrutura de desigualdade social.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BATTISTUS, Cleci Terezinha; LIMBERGER, Cristiane. **ESTADO MILITAR E AS**

**REFORMAS EDUCACIONAIS.** Educere ET educare. Revista de Educação: Vol. 1 nº 1 jan./jun. 2006 p. 227-231.

CLARK, Jorge Uilson; NASCIMENTO, Manoel Nelito Mateus; SILVA, Romeu Adriano da. **A ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR NO PERÍODO DO GOVERNO MILITAR (1964-1984).** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p.124–139, ago. 2006 - ISSN: 1676-258.

CUNHA, Luiz Antônio. GÓES, Moacyr de. **O Golpe na Educação.** Rio de Janeiro: Editora: Jorge Zahar, 1996:95pg.

GUIRALDELLI JR. P. **Filosofia e História da Educação Brasileira.** Barueri, SP: Manoli, 2003.

---



QUEIROZ, Cecília Telma Alves Pontes de. MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro. **Fundamentos sócio-filosóficos da educação**. Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN, 2007.

SILVA, Márcia Cristina Amaral da. **A EDUCAÇÃO NOS “ANOS DE CHUMBO”**. Rev. Teoria e Prática da Educação, v.11, n.3, p.348-349, set./dez. 2008.